



JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO

Chega a Comissão de Permanente de Licitação do Município de Crato, impugnação de edital, interposta pela empresa SELLENE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, do Pregão Eletrônico n° 2022.09.30.1.

A impugnação é tempestiva, portanto, deveremos fazer observação do mérito.

A razão foi apresentada referente ao julgamento ser por lote.

Verificando os autos, fora o processo encaminhado para análise perante o setor competente junto a Secretaria Municipal de Saúde, visto que o alegado pela empresa se encontra na discricionariedade e necessidade da pasta gestora, por ser tema de Termo de Referência.

A pasta administrativa em questão não entende pelo acolhimento da impugnação, detalhando suas razões em comunicação expressa anexa aos autos.

É sabido que o Edital é a Lei Interna do Certame, devendo o princípio da legalidade esculpido na Constituição e nas Leis de Regências, ser preconizado no ato administrativo. Demonstramos como a doutrina especializada trata da matéria: para Hely Lopes Meirelles:

"a legalidade é princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da Lei e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso."
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 26ª edição. São



Paulo: Editora Malheiros, 2001. p. 82.
Destaque nosso.

Gasparini, no mesmo sentido, ensina que:

"o princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda sua atividade, presa aos mandamentos da Lei, deles não podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor." GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 14ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. p. 07. Destaque nosso.

Assim sendo a Comissão de Licitação preza pelo correto caminho do certame e não entende por bem acolher as alegações.

Como demonstrado acima, o edital encontra-se dentro dos ditames legais, e busca contratação de objeto essencial para a saúde pública, sendo esta de caráter urgente para o bem comum, guardando dependência de itens, e não sendo acatada a impugnação pela secretaria gestora, detentora da escolha do critério de julgamento em sede de planejamento.

Portanto, esta administração JULGA IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO, não acolhendo o demonstrado pela impugnante, em obediência aos princípios da igualdade, da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

É o entendimento.

Crato, Ce, 24 de novembro de 2022

Valéria do Carmo moura

Pregoeira

Visto Procuradoria

Marina Schreier de O. Xenofante Barreto
PROCURADORA GERAL ADJUNTA
PORTARIA Nº 0311097/2021-SP